

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINALIDADES

Art. 1º - O INSTITUTO DE TECNOLOGIA, ENSINO E SAÚDE DA AMAZÔNIA, também designado pela sigla, **ITESAM**, inscrito no **CNPJ** sob o nº **10.730.796/0001-91** constituído em 08 de novembro de 2008 e registrado sob o Nº 23.473 no Livro A Nº 404 em 06/03/2009, é uma associação civil pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e, duração por tempo indeterminado, com sede e foro jurídico na Comarca de Manaus-AM.

Art. 2º - O ITESAM tem por finalidades:

- I. Pesquisa experimental e desenvolvimento tecnológico;
- II. Desenvolvimento de estudos e pesquisas nas diversas categorias de negócios, que envolvam atividades relacionadas à gestão do conhecimento e à atualização profissional nas ciências sociais e tecnológicas;
- III. Desenvolvimento de sistemas de computador; consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; desenvolvimento e manutenção de softwares e hardware para todos os segmentos seja comercial, industrial e saúde;
- IV. Organização de atividades de capacitação, treinamento, cursos livres, seminários, palestras, feiras, exposições, publicações que se destinam a divulgar e discutir os temas de gestão do conhecimento e atualização profissional nas diversas áreas do conhecimento;
- V. Desenvolver atividades educacionais em: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação (Lato e Strictu Sensu);
- VI. Manutenção e/ou criação de unidades de produção em forma de incubadora;
- VII. Oferecer suporte e atendimento adequado aos Processos Informatizados;
- VIII. Celebrar Contratos, acordos e/ou convênios com instituições Nacionais e Internacionais, visando através da cooperação educacional técnicas e financeiras, apoiar, fortalecer e ampliar serviços institucional e utilizá-los em conjunto em programa de inclusão, formação, extensão, Pós-graduação, Mestrado e Doutorado;
- IX. Promoção de voluntariado;
- X. Agir junto ao órgão de coordenação, execução e financiamento de projetos de pesquisa e Desenvolvimento (P&DI), intercâmbio e Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização de direito público ou privado, municipais, estaduais e federais, nacionais ou estrangeiros, para possibilitar a participação do **ITESAM** nas decisões que dizem respeito à sua área de atuação;
- XI. Instituir prêmios e selo de qualidade do **ITESAM**, como reconhecimento ao desempenho das atividades de pessoas e organizações socialmente responsáveis;
- XII. Difundir atividades educativas, culturais e científicas realizando pesquisa, cursos, treinamentos, editando publicações, vídeos, processamento de

dados, assessoria técnica nos campos ambientais, saúde, educacionais, tecnológicos, bem como, comercialização de publicações, serviços e assessorias, programas de informática, camisetas, adesivos, materiais destinados à divulgação e informação sobre os objetivos do **ITESAM**, desde que o produto desta comercialização sejam revertidos integralmente e exclusivamente para a realização de atividades do **ITESAM**;

- XIII. Participar de processos de criação de tecnologias, sobretudo de inventores e inovadores, auxiliando-os no seu desenvolvimento e na qualificação para obtenção de seus respectivos direitos de propriedade intelectual nos campos das ciências, exatas, humanas e de saúde;
- XIV. Prestar serviços de consultoria e assessoria nas áreas de sua atuação à entidades públicas, privadas, nacionais e internacionais;
- XV. Atividades de contabilidade, consultoria, auditoria contábil e tributária, atividades de consultoria em gestão empresarial, gestão ambiental, pesquisas de mercado e de opinião pública, executados por membros do **ITESAM** ou contratar serviços em parceria firmada através de convênio ou contratos entre outros para execução desta atividade;
- XVI. Atividades técnicas relacionadas a engenharia e meio ambiente, objetivando a ampliação da rede de pesquisa no âmbito nacional e internacional, voltada para aplicação de estudos, projetos ambientais envolvendo a bioeconomia, biocosméticos, bioinformática, química ambiental, ciências atmosféricas, ciências florestais e sustentabilidade; testes e análises técnicas desenvolvidas em projeto de (P&D e P&DI), ou pelos associados do **ITESAM**, ou contratar pessoal de qualificação profissional para a realização dos serviços em parceria firmada através de convênios, contratos entre outros;
- XVII. Serviços de apoio administrativo executados por associados do **ITESAM**, ou contratar serviços em parceria firmada através de convênio ou contratos;
- XVIII. Atividades de ensino de idiomas, científico e técnicas especializadas desenvolvidas por associados do **ITESAM**, e/ou projetos de (P&D e P&DI), ou contratar serviços em parcerias firmada através de convênio, contratos entre outros.
- XIX. Prestar serviços de atenção à saúde de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter não substitutivo, por meio de ações itinerantes, em sede fixa ou em regime de parceria com órgãos públicos e privados;
- XX. Realizar atendimentos ambulatoriais básicos e especializados, incluindo, mas não se limitando a: clínica médica, ginecologia, pediatria, psiquiatria, oftalmologia, odontologia, enfermagem e exames complementares, de acordo com a legislação vigente e com profissionais legalmente habilitados;
- XXI. Executar programas e projetos de promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde, incluindo campanhas educativas, atividades de vigilância em saúde, ações de atenção primária, saúde da mulher, saúde da criança, saúde mental, saúde bucal e saúde coletiva;
- XXII. Desenvolver e manter unidades móveis de saúde, consultórios portáteis e estruturas temporárias para atendimento em comunidades de difícil acesso ou em situação de vulnerabilidade social;

- XXIII. Fornecer, distribuir e aplicar medicamentos, insumos, órteses, próteses, dispositivos médicos, vacinas e materiais correlatos, observada a legislação vigente;
- XXIV. Realizar capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de profissionais de saúde, agentes comunitários e demais trabalhadores da área, bem como ações de educação em saúde para a população;
- XXV. Celebrar convênios, contratos e parcerias com órgãos públicos e privados, nacionais ou internacionais, para a execução de serviços, programas e projetos de saúde, inclusive para recebimento de fomento, equipamentos, insumos e recursos humanos;
- XXVI. Desenvolver e aplicar pesquisas, estudos e inovação tecnológica voltados para a área de saúde, incluindo telemedicina, telessaúde e sistemas informatizados para gestão de serviços de saúde.

§ 1º As finalidades definidas nos incisos do artigo 2º deste estatuto, podem ser alteradas acrescidas ou excluídas de acordo com a conveniência dos Associados, através de Assembleia, convocada de acordo com os artigos 19º e 20º, sempre prezando pelo bem-estar e interesses do **ITESAM**.

§ 2º Para cumprir seu propósito o **ITESAM**, atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou plano de ações da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

§ 3º O **ITESAM** não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados e doadores eventuais, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificação, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na conservação do seus objetos sociais.

§ 4º O **ITESAM** poderá celebrar Termos de Colaboração, Termos de Fomento e Acordos de Cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública, direta ou indireta, de todas as esferas federativas, observando as diretrizes e exigências previstas na **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014** (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), e demais normas complementares aplicáveis.

§ 5º – O **ITESAM** poderá desenvolver suas atividades na área de saúde em conformidade com a legislação aplicável, visando a obtenção e manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS Saúde, garantindo a prestação de serviços de saúde de caráter complementar, gratuito ou parcialmente gratuito, observando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e os requisitos previstos na Lei nº 12.101/2009.

Art. 3º No desenvolvimento de suas atividades, o **ITESAM**, atenderá a observância de todas as garantias constitucionais de seus associados e colaboradores e ainda não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, religião entre outros.

Art. 4º O **ITESAM** terá seu Regimento Interno, aprovado pela Assembleia Geral da Diretoria, para disciplinar detalhes de seu funcionamento omissos neste estatuto com quórum específico conforme artigo 20º deste estatuto.

Art. 5º Afim de cumprir suas finalidades o Instituto se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

Art. 6º O **ITESAM** poderá aceitar auxílios, doações, contribuições, bens e firmar convênios de qualquer natureza, nacionais e internacionais, com organizações, entidades públicas e privadas, desde que não impliquem em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos, nem arisquem a sua independência.

Parágrafo único: Em especial, o **ITESAM** poderá estabelecer parcerias com os serviços de atenção básica, especializada e hospitalar vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando fortalecer a integração com o SUS, garantir atendimento universal, integral e gratuito, e assegurar o cumprimento das metas e obrigações previstas no Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS Saúde.

CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS

Art. 7º O **ITESAM** é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. **Associado Efetivo** – Serão considerados associados efetivos aqueles que, tendo preenchido a ficha de filiação, foram aceitos pela Assembleia Geral da entidade, com direito a votar e ser votado em todos os níveis ou instâncias do Instituto;
- II. **Associado Colaborador** – Serão considerados associados colaboradores as pessoas físicas ou jurídicas, instituições ou associados que contribuam financeiramente, de forma regular, sem, contudo, possuírem direito a voto nas Assembleias Gerais;
- III. **Associado Profissional** – Pessoa física, profissional de diversos segmentos que venha a participar das atividades do **ITESAM**, devendo pagar contribuição, sem direito a voto nas Assembleias Gerais.
- IV. **Associado Patrocinador** – Pessoa física ou jurídica que patrocina as atividades do **ITESAM**, de forma constante ou periódica, que venha pagar anuidades ou não, sem direito a voto nas Assembleias Gerais;
- V. **Associado Voluntário** – Pessoa física que venha a compor os serviços voluntários do **ITESAM**, no desenvolvimento de suas atividades, não recebendo remuneração pelo voluntariado, estando isento do pagamento de quaisquer contribuições ou anuidades, sem direito a voto nas Assembleias Gerais;

Parágrafo Único – Os associados dos incisos I ao II, somente serão admitidos ao quadro de sócios mediante indicação efetuada por um dos membros Associados Efetivos. A efetivação do novo associado só será homologada e reconhecida na associação, após passar por uma avaliação prévia de sua

idoneidade e afinidade com os objetivos do **ITESAM**, devendo ser homologada a sua respectiva condição de categoria de associado, em despacho por escrito pelo Diretor(a) Presidente.

Art. 8º São direitos dos associados:

- I. Associado Efetivo, poderá pleitear cargos eletivos, votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Apresentar ideias, propostas e reivindicar a qualquer dos órgãos do **ITESAM**;
- IV. Pedir desassociação em qualquer tempo por escrito com antecedência de 30(trinta) dias, ato em que a direção da instituição está obrigada a conceder seu afastamento, após quitação de possíveis pendências, prejuízos e/ou sinistros causados a associação;
- V. Ter acesso às atividades e dependências do **ITESAM**, devendo ser justificado e autorizado pelo Diretor(a) Presidente;
- VI. Convocar os órgãos deliberativos, por requerimento subscrito por no mínimo 1/5 (um quinto) dos associados, desde que estejam quites com suas obrigações estatutárias;
- VII. Ser remunerado na prestação de serviços oriundos do Capítulo I, Art. 2º, porém há remuneração para cargos conforme o Capítulo III, Seção II, Art. 23º, § 5º

Parágrafo único – Todos os associados da Diretoria serão responsáveis por todos os compromissos, objetivos e gerenciamento assumido pela associação e todos responderão em todas as instâncias judiciais.

Art. 9º São deveres dos associados:

- I. Cumprir disposições estatutárias e regimentais;
- II. Acatar decisões da Diretoria;
- III. Zelar pelo bom nome da Instituição;
- IV. Cooperar com suas atividades e empenho para o desenvolvimento, difusão e alcance dos objetivos do **ITESAM**.
- V. Honrar seus compromissos para com o Instituto;
- VI. Prestar esclarecimentos perante a Assembleia Geral, quando solicitados;
- VII. Comunicar imediatamente à Diretoria qualquer irregularidade identificada;
- VIII. Não utilizar o nome do Instituto para fins estranhos aos seus legítimos interesses;

Art. 10º O associado está sujeito a punições em caso de:

- a) Faltar por sem justificativa, quando cientificado conforme artigo 20 em assembleia ordinária ou extraordinária;
- b) Falta de comprometimento com suas atividades designadas pelas responsabilidades dos cargos elegido na votação de assembleia.
- c) Incorrer em qualquer tipo de infração penal, contra ou dentro das suas atribuições ligadas a instituição; ou ainda, for condenado por qualquer infração penal que possa de qualquer forma macular a imagem da instituição, considerada como infame.
- d) Uso indevido de bens, valores ou qualquer recursos da instituição em proveito próprio ou alheio;

e) Infringir qualquer cláusula deste estatuto ou de regimento interno que venha a causar prejuízo de qualquer natureza a instituição;

Parágrafo único - A fim de se apurar o comprometimento de uma das hipóteses trazidas acima, se faz necessário a abertura de um procedimento administrativo;

Art. 11º O procedimento administrativo pode ser provocado por qualquer pessoa de dentro ou de fora do Instituto. Devendo este ser formalizado através de um documento simples contendo a narrativa dos fatos, a qualificação do autor e as normas que foram infringidas.

§ 1º - A petição inicial, onde conterà a denúncia, deve ser protocolada na diretoria do **ITESAM**, sendo juntadas todas as provas necessárias para a sua apuração.

§ 2º - O associado será notificado a cerca da instauração do procedimento, onde poderá ofertar defesa e produzir todas as provas necessárias, garantindo assim seu direito ao contraditório e ampla defesa conforme artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal.

§ 3º - Após o oferecimento de defesa no prazo de 10 dias a contar de sua ciência por parte do associado, a diretoria se reunirá a fim de analisar o mérito da questão e definir a penalidade a ser aplicada. Cabendo, caso queira, manifestação oral pelo prazo de 15 minutos por parte do associado que poderá ser representado por advogado desde que munido com instrumento de procuração.

Art. 12º - A pena de advertência consiste em orientação oral ou escrita com o intuito de coibir a reiteração da conduta, sendo aplicada nas hipóteses das alíneas “a” e “b”, do Art. 10º;

Parágrafo Único – A advertência pode ser aplicada no máximo de duas, após isso, deverá ser aplicada penalidade mais grave, redigida e aplicada por qualquer membro da Diretoria e assinada pelo associado infrator. Caso o infrator, no ato da aplicação da advertência, se negar a assiná-la, deverá ser coletada a assinatura de 2 testemunhas para formalizar a infração.

Art. 13º- A suspensão consiste na perda da remuneração, para o caso dos associados que possuem cargos remunerados, pelo prazo máximo de 60 dias. E aplica-se ao associado reincidente em qualquer dos itens que implicariam na pena de advertência do artigo 10º, ou no caso das alíneas “c”, “d” e “e”.

Art. 14º – A pena de expulsão do quadro associativo aplica-se na hipótese de reincidência em qualquer dos itens que implicaram na pena de suspensão, de acordo com a gravidade do ato a critério da diretoria, ou em caráter excepcional em qualquer infração que traga mácula a imagem da instituição, desde que devidamente fundamentada pela diretoria.

Art. 15º - A pena de exclusão poderá ser divulgada nos veículos de comunicação do **ITESAM** a critério da diretoria.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 16º O ITESAM, será administrado por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 17º A Assembleia Geral, órgão soberano da associação, se constituirá dos seguintes associados: Associado Efetivo, Colaborador, Profissional, Patrocinador e Voluntários, com direito a voz e voto, conforme suas atribuições estatutárias.

Art. 18º Compete à Assembleia Geral:

- IV. Eleger, nomear e destituir membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- VI. Decidir sobre a extinção de entidade, nos termos do artigo 32;
- VII. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VIII. Aprovar e alterar Regimento Interno;
- IX. Aprovar ou rejeitar as contas.
- X. Aprovar o ingresso de novos associados indicados conforme parágrafo único, do artigo 7º;

Art. 19º A Assembleia Geral se reunirá, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. Apreciar o relatório anual da Diretoria;
- II. Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Art. 20º A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente, quando convocada;

- I. Pela Diretoria;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 (um quinto) de associados.

Art. 21º A convocação para assembleia ordinária se dará por meio de edital afixado na sede da instituição e/ou publicado na imprensa local, por circulares e outros meios convenientes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 1º - No caso da assembleia extraordinária a convocação se dará com antecedência mínima de 2 dias úteis por iguais meios e/ou através de e-mail ou outros meios de convenientes.

§ 2º - Antes da convocação de qualquer assembleia se faz necessário a definição da pauta que deverá ser enviada com antecedência mínima de 5 dias úteis em se tratando de ordinária e 2 dias úteis para extraordinárias, para que se façam cientes todos os associados;

§ 3º - Qualquer assembleia se instalará com um quórum mínimo de 1/5(um quinto) em primeira convocação dos associados e em segunda convocação com qualquer número, sendo as matérias previstas na pauta deliberadas de acordo com o mesmo quórum;

§ 4º - Na hipótese de alteração do regimento interno, artigo 4º, se faz necessário quórum específico, onde deverão estar presentes a diretoria completa.

§ 5º - As decisões proferidas em assembleia geral, vincularão os ausentes e os discordantes.

Art. 22º - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até terceiro grau. E ainda pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações sociais.

SEÇÃO II DA DIRETORIA

Art. 23º A Diretoria é o órgão gestor da administração do **ITESAM**, sendo soberana em suas decisões, desde que, não contrarie as disposições deste estatuto e a Legislação Nacional pertinente. Será eleita em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e terá a seguinte composição:

- I. Diretor(a) Presidente;
- II. Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a);
- III. Diretor(a) de Projetos e Desenvolvimento de Negócios.

§ 1º – O tempo de mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal está determinando pelo prazo de 1(um) ano, sem limite de reeleição para a Diretoria.

§ 2º – Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria do **ITESAM**, os associados que exerçam cargos empregos ou funções junto aos órgãos do Poder Público.

§ 3º – Não podem fazer parte da Diretoria membros da mesma família, cônjuges, ascendentes, descendentes ou colaterais.

§ 4º – Em caso de impedimento, incompatibilidade, exclusão ou pedido de renúncia de qualquer dos membros da Diretoria, será o novo Dirigente, indicado pela diretoria e apresentado em assembleia geral para votação, não havendo prazo mínimo para sua renúncia.

§ 5º – É permitido remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados em ambos os casos os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Art. 24º Compete à Diretoria:

- I. Definir seus cargos, funções, atribuições e responsabilidades mediante Regimento Interno próprio;
- II. Propor uma estrutura organizacional compatível com a missão, objetivos, finalidades e os programas do **ITESAM**, estabelecendo diretrizes sobre as atividades do pessoal e as bases de sua remuneração;
- III. Elaborar e executar programa anual de atividades;
- IV. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- V. Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI. Contratar e demitir funcionários, somente com autorização em documento assinado pelo Diretor Presidente;
- VII. Propor e aprovar mudança de endereço da associação, outras mudanças e atualizações necessárias à associação.

Parágrafo Único – As matérias de competência da Diretoria, deverão ser deliberadas por maioria absoluta de seus membros. Nos casos em que houver impacto direto na gestão financeira ou patrimonial da entidade, a deliberação deverá contar com a participação do Conselho Fiscal, com direito a voto.

Art. 25º - Compete ao Diretor(a) Presidente:

- I. Representar o **ITESAM**, podendo delegar essa representação a outros diretores, conselheiro fiscal e/ou funcionários, outorgar procurações públicas e privadas com poderes amplos ou específicos, bem como constituir advogado.
- II. Fiscalizar os gastos e planilhas orçamentárias, quando julgar necessário assim como o balanço geral e relatório anual das atividades em exercícios junto com o conselho fiscal;
- III. Firmar documentos relativos à administração social.
- IV. Autorizar pagamentos, receber e dar quitações em nome da associação, contrair obrigações que se contenham nos atos da gestão da associação.
- V. Assinar balanço geral e relatório anual das atividades em exercícios em conjunto com os conselheiros ;
- VI. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- VII. Presidir a Assembleia Geral;
- VIII. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IX. Na ausência do Diretor(a) Presidente, responderá outro diretor(a) designado(a) pelo(a) mesmo(a).

Parágrafo Único - Em caso de impedimento, incompatibilidade, exclusão ou pedido de demissão do Diretor(a) Presidente, será o novo Diretor, indicado pela diretoria e apresentado em Assembleia Geral para votação, não havendo prazo mínimo para sua renúncia.

Art. 26º Compete ao Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a):

- I. Responder e prestar contas pela gestão financeira e contábil da associação, tendo poderes para abrir e movimentar contas bancárias, autorizar transferências de valores por carta, autorizar aplicações financeiras de recursos disponíveis, endossar cheques e ordens de pagamento do país ou do exterior, depósito em conta bancária do

- ITESAM, emissão ou aceite de títulos de crédito e documentos que envolvam obrigação ou responsabilidade para a associação, somente após análise e autorização do Diretor(a) Presidente;
- II. Na ausência do Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a), responderá outro Diretor(a), Conselheiro Fiscal e/ou colaboradores designado pelo(a) Presidente(a) mediante procuração, com poderes amplos ou específicos após análise e autorização do Diretor(a) Presidente(a).
 - III. Arrecadar e contabilizar todos os numerários de rendas, auxílios e denominativos, mantendo em dia a escrituração;
 - IV. Receber e dar quitações em nome da Associação, efetuar o pagamento de despesas das obrigações da Associação, após análise e autorização do Diretor(a) Presidente(a).
 - V. Apresentar relatórios de despesas e receitas, sempre que forem solicitados pela diretoria e conselho fiscal;
 - VI. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração do ITESAM incluindo os relatórios de desempenho financeiros e contábeis e sobre as operações patrimoniais realizadas, como também a elaboração de balanço final de cada exercício para avaliação do Conselho Fiscal que submeterá à aprovação final em Assembleia Geral;
 - VII. Conservar em arquivo nas dependências da entidade todos os documentos contábeis, financeiros e outros sob sua guarda e responsabilidade e também relativos à tesouraria e apresentar sempre que solicitado pela diretoria e conselho fiscal;
 - VIII. Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
 - IX. Prestar contas dos trabalhos efetivos sempre em conjunto com o Diretor(a) Presidente(a).
 - X. Gerenciar as execuções das atividades na sede social, elaborar e apresentar o planejamento estratégico anual da associação;
 - XI. Realizar prospecção de projetos e outros tipo de atividades, identificando parcerias e fontes adicionais de receitas em conjunto com todos os diretores;
 - XII. Secretariar os trabalhos da Assembleia Geral ou indicar um associado(a).

Parágrafo Único - Em caso de impedimento, incompatibilidade, exclusão, pedido de desassociação e renúncia do cargo de Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a), será o novo Diretor(a), indicado em Assembleia Geral para votação e aprovação de todos os associados.

Art. 27º Compete ao Diretor(a) de Projetos e Desenvolvimento de Negócios:

- I. Desenvolver e elaborar, em conjunto com o Diretor(a) Presidente, plano de ações estratégicas e definição das diretrizes técnicas de atuação da entidade para o desenvolvimento das atividades;
- II. Realizar prospecção de projetos, identificando parcerias e fontes adicionais de recursos;
- III. Responsabilizar-se pelo desenvolvimento de projetos e das atividades desenvolvida e das entregas dos resultados da associação, contratando inclusive, os serviços de terceiros com anuência da Diretoria para tais fins, responsabilizando-se pelo êxito das entregas;
- IV. Direcionar e coordenar o desenvolvimento das atividades da associação e de projetos em conjunto com o Diretor(a) Presidente;

- V. Reunir-se com instituições públicas e privadas para mutua colaboração e convênios para atividades de interesse comum;
- VI. Secretariar os trabalhos da Assembleia Geral ou indicar um associado.

Parágrafo Único - Em caso de impedimento, incompatibilidade, exclusão, pedido de desassociação e renúncia do cargo de Diretor(a) de Projetos e Desenvolvimento de Negócios, será o novo Diretor, indicado em Assembleia Geral para votação e aprovação de todos os associados.

Art. 28º A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês, de forma ordinária ou extraordinária a qualquer tempo, desde que haja necessidade urgente que justifique sua convocação.

SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

Art. 29º O Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da gestão financeira do instituto, sendo este definido pela Diretoria e apresentado a assembleia geral e será constituído por no máximo 03 (três) membros, com mandato de 1(um) ano.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal, está estabelecido no Art. 23º, §1º deste Estatuto, podendo ser renovado mediante aprovação em assembleia geral da diretoria.

Parágrafo Segundo – Os membros do Conselho Fiscal possuem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral e nos processos eleitorais, conforme disposições do Capítulo VII.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 30º Os recursos financeiros necessários à manutenção do ITESAM, poderão ser obtidos por:

- I. Termos de parceria, convênios e contratos firmados com instituições, empresas, órgãos entre o poder público e privado para financiamento de projetos e objetos na sua área de atuação;
- II. Contratos de serviços e acordos firmados com empresas, instituições e agências nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob sua administração;
- V. Recebimento de direitos autorais;
- VI. Verbas parlamentares e ou outros recursos públicos ligados a administração pública direta ou indireta;
- VII. Do resultado da comercialização dos serviços e produtos descritos no Capítulo I, artigo 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XX, XXIV, XXVI, com sua aplicação ali estabelecida.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Art. 31º O patrimônio do **ITESAM**, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, ações e títulos de dívida pública.

Art. 32º No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica congênere na Amazônia Ocidental, satisfazendo os requisitos previstos em lei.

Art. 33º Na hipótese do **ITESAM**, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99 o respectivo acervo patrimonial disponíveis, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 34º A prestação de contas da instituição observará no mínimo:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileira de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os a disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, devendo ser realizada sempre que houver necessidade tendo como objeto os recursos oriundos de recursos de parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII DAS ELEIÇÕES

Art. 35º As eleições para os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal obedecerão ao seguinte procedimento:

- I. O **ITESAM** convocará por meio de edital, as eleições com antecedência de 30 (trinta) dias ao término do mandato dos respectivos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II. O quórum eleitoral deverá ser constituído de no mínimo de 40% (quarenta por cento) dos associados em pleno gozo dos seus direitos estatutários;
- III. Os eleitores e os candidatos com direito a participar do processo eleitoral são os Associados Fundadores Efetivos, os Associados Efetivos e os membros do Conselho Fiscal, em pleno gozo dos seus direitos estatutários de acordo com o Artigo 7º;

- IV. Os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal podem ser reeleitos sem limites para a reeleição;
- V. Os candidatos deverão solicitar seus registros com antecedência de até 15 (quinze) dias da data das eleições;
- VI. Apuração será imediata, após término da votação com a divulgação dos eleitos e posse no mesmo dia;
- VII. Será convencionado entre os associados no dia da eleição se o voto será por meio de escrutínio aberto ou fechado;
- VIII. Não será permitido voto por procuração;
- IX. A Diretoria e o Conselho Fiscal, serão empossados pela Assembleia Geral na mesma data da eleição com vigência imediata.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36º O **ITESAM**, será dissolvido por decisão da Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades, neste caso cabendo ao Diretor(a)-Presidente, ao(a) Diretor(a) de Projetos e Desenvolvimento de Negócios e ao Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a) ou seu substituto serem os liquidantes nato do Instituto.

Art. 37º O presente Estatuto poderá ser reformulado, na hipótese que não for possível sua alteração através do regimento interno, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos associados em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 38º Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 39º – O ITESAM observará, na celebração e execução de parcerias com a Administração Pública, as normas estabelecidas pela **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**, e alterações posteriores, aplicando-se as disposições previstas no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, especialmente no que se refere à formalização, execução, monitoramento, prestação de contas e transparência das parcerias.

Manaus-AM, 13 de maio de 2025.

Manoel de Assis Monteiro
Diretor-Presidente

Mariana Freitas de Souza Barba
Advogado OAB 16131 - AM